

I CONACSO - Congresso Nacional de Ciências Sociais: desafios da inserção em contextos contemporâneos. 23 a 25 de setembro de 2015, UFES, Vitória-ES

POR ENTRE ESTES MARES: UMA ETNOGRAFIA DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS ENTRE BRASIL/ARGENTINA¹

Jerônimo Amaral de Carvalho² - IDAES/UNSAM

Resumo:

O presente projeto tem como proposta a realização de uma pesquisa etnográfica comparativa entre Brasil e Argentina, sobre os conflitos socioambientais em Áreas Marinhas Protegidas, com grupos de pescadores artesanais. As áreas propostas são: a Reserva Extrativista Marinha (REM) do Corumbau, localizada no extremo sul do estado da Bahia – Brasil; e a Área Natural Protegida (ANP) Sistemas Península Valdés, localizada na província de Chubut ao norte da região da Patagônia – Argentina. Esta pesquisa tem como intuito a identificação de singularidades, similitudes e distinções no discurso global da conservação da biodiversidade aplicado em cada país, contrastando com os contextos culturais, históricos, políticos e sociais locais. Presume-se que o discurso global da conservação da biodiversidade, enquanto um aspecto da globalização, não se traduz como uma força totalmente homogênea, pois sua heterogeneidade pode ser explicada tendo em vista vários contextos e especificidades locais. Desse modo, com o foco nos conflitos socioambientais entre Áreas Protegidas e pescadores artesanais, por meio dos processos de mudança sociais e de práticas sociais locais, bem como o conjunto de narrativas e a construção social da relevância destas áreas, podem evidenciar o discurso de conservação, global e heterogêneo.

Palavras Chaves: Áreas Marinhas Protegidas, discurso global da conservação, mudanças sociais e conflitos socioambientais.

1. Introdução

1.1 Contextualização.

Esta proposta busca ampliar o escopo de análise dos efeitos da criação de Áreas Marinhas Protegidas (AMPs), para grupos de pescadores locais, evidenciando relações conflituosas entre normas e instituições com grupos sociais específicos. Diante disso, optou-se dar continuidade a essa análise, com base nos principais resultados da dissertação de mestrado *O mar não está para peixe: Uma etnografia dos conflitos socioambientais em torno da Zona de Proteção Marinha e da*

¹ Projeto de tese de Doutorado apresentado para o Instituto de Alto Estudios Sociales (IDAES), Universidade Nacional de San Martín (UNSAM), Buenos Aires – Argentina, sobre orientação do professor doutor Gabriel David Noel e co-orientação da professora Winifred Knox – Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

² Doutorando em antropologia social IDAES/UNSAN – Buenos Aires, Argentina.

comunidade pesqueira do Bugigão – RESEXMAR do Corumbau/Bahia, defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Espírito Santo.

Com base nisso, proporemos a realização de pesquisa etnográfica de cunho comparativo entre duas realidades de Áreas Marinhas Protegidas, uma no Brasil e outra na Argentina, partindo da premissa que as ações de conservação da biodiversidade são vistas como um movimento globalizante que pode produzir cenários de conflitos singulares.

Neste sentido, esta proposta se soma a uma série de trabalhos e etnografias que vêm ampliando esforços de análise em torno da temática de implantação de Áreas Protegidas Marinhas, costeiras e terrestres e os efeitos sociais, materiais e simbólicos em grupos específicos (WEST et al., 2006).

Consideram-se algumas das razões para o aumento de etnografias com grupos locais afetados por Áreas Protegidas, segundo Brosius (1999):

- A ampliação do ambientalismo para várias áreas do conhecimento (transdisciplinar e interdisciplinar), incluindo as três áreas das ciências sociais e dentre elas a antropologia;
- Uma aproximação, a partir da década de 1980, de entidades ambientalistas do terceiro setor com grupos socialmente distintos;
- E, por fim, os estudos que visam o questionamento a cerca do essencialismo de alteridades de grupos locais permitindo certa cristalização de identidades.

Importante salientar que a interação global e local, nas quais entidades ambientalistas transnacionais situam-se, atuam em uma perspectiva de produção de um discurso estruturado, de natureza vista a partir do Ocidente, caracterizando-se num viés neocolonialista (CAJIGAS-ROTUNDO, 2007; ESCOBAR, 2005; LOBÃO, 2006; WEST et al., 2006). Nesta perspectiva, vemos uma colonização do lugar por estruturas globais expressas no pensamento ecológico moderno, além de uma substituição destes lugares por espaços especialmente protegidos, baseados em uma estrutura cognitiva moderna de tempos e espaços desencaixados do lugar (GUIDDENS, 1991).

Contudo, os conflitos gerados entre grupos locais em Áreas Protegidas possibilitam a evidencia de diversas concepções que se efetivam em diferentes relações coma a natureza. Por um lado, uma natureza única, pertencente a um campo cognitivo fundamentado por uma visão moderna de natureza, cuja base filosófica produziu o par dicotomizado natureza/cultura (LATOUR, 1994, 2004). Por outro lado a natureza do nativo ao qual é indivisível cultura e natureza (CARVALHO, 2014; INGOLD, 2000).

A Union International for Conservation of Nature (UICN), organismo internacional filiado à UNESCO que estabelece marcos regulatórios e metas de conservação nos países membros,

divulgou em 2010 o relatório *Superposición de territorios indígenas y áreas protegidas en América del Sur - Resumen Ejecutivo* a seguinte informação: cerca de 15% das Áreas Protegidas da Argentina estavam sobrepostas em territórios indígenas; enquanto no Brasil, o número se eleva para 26% do total (UICN, 2010). Se considerar Áreas Protegidas estaduais e ou provinciais, bem como a existência de outros grupos sociais (ex. quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, varzeiros e pescadores artesanais) a extensão do conflito socioambiental pode ser bem mais expressiva.

De modo geral, as Áreas Marinhas Protegidas (AMPs), também são vistas como palco de conflito entre grupos de pescadores artesanais diante o acesso direto de recursos naturais. A maioria dos conflitos está localizada em áreas de estrita proteção, aonde a pesca não pode ser realizada – nos Parques Nacionais Marinhos em ambos os países³.

Os conflitos nas Áreas Marinhas Protegidas apresentam como características, relações que expressam a rigidez de uma política autoritária, sistema *top-down* das agências governamentais, adoção de conceitos e categorias de manejos que não representam ou desconsideram as práticas sociais locais. Outro ponto importante: o processo de criação destas áreas e de reconhecimento dos direitos de acesso – caso das Áreas Protegidas de Uso sustentável – é sempre realizado em um processo de tradução das ciências naturais (ABAKERLI, 2001; ALMUDI; KALIKOSKI, 2009; BOWN; BRONDO, 2013; LOBÃO, 2006; SOWMAN et al., 2011; WEST et al., 2006).

Desse modo, uma proposição de realizar estudos comparativos de conflitos ambientais em Áreas Marinhas Protegidas no contexto de América Latina, Argentina e Brasil podem contribuir no atual desenvolvimento do marco conceitual a respeito dos conflitos socioambientais em Áreas Protegidas. Tal proposição se apresenta necessária, tendo em vista que o tema “conservação da biodiversidade” ser uma nova emergência global, e também um dos aspectos da globalização (WEST et al., 2006).

Diante disso, buscou-se a escolha de duas Áreas Protegidas, uma em cada país, pertencente a grupo de Áreas Protegidas de categoria de manejo VI da UICN⁴. Segundo a IUCN:

As Áreas Protegidas de categoria - VI conservam ecossistemas e habitats, junto com os valores culturais e os sistemas tradicionais de gestão de recursos naturais associados a eles. Normalmente são extensas, com uma maioria da área em condiciones naturais, ao qual uma parte conta com uma

³ No Brasil, o caso mais emblemático foi a criação do Parque Nacional Marinho (PARNAM) dos Abrolhos, criado no ano de 1983, tendo sido motivado por vários especialistas brasileiros e estrangeiros na área de biologia marinha. Como na maioria dos Parques Nacionais criados nesta época foi de forma arbitrária, o PARNAM dos abrolhos, possui relações bastante conturbadas com os pescadores artesanais de Caravelas. É sempre recorrente em vários discursos dos pescadores locais sua insatisfação da falta de participação naquela época (NOGUEIRA, DE, 2009).

⁴ Segundo a IUCN “A intenção original do sistema de categorias de gestão de Áreas Protegidas da UICN era criar um entendimento comum e um marco internacional de referências para as Áreas Protegidas tanto entre países como dentro deles. Hoje em dia, as categorias estão aceitas e reconhecidas por organizações internacionais como as Nações Unidas e o Convênio sobre a Diversidade Biológica e Governos Nacionais como o ponto de referência para definir, recordar e classificar as áreas protegidas.”

gestão sustentável dos recursos naturais, e nas que se considera que um dos objetivos principais da área é uso não industrial e de baixo nível dos recursos naturais, compatível com a conservação da natureza (DUDLEY, 2008, p.27).

Sendo assim, focaremos a nossa proposta na Reserva Extrativista Marinha (REM) do Corumbau, BA – Brasil, e a Área Natural Protegida (ANP) do Sistema Península Valdés, província de Chubut – Argentina (figura 1 e 2). Um ponto importante é que as duas áreas estão vivenciando ações de co-manejo⁵. As duas áreas, possuem além dos órgãos gestores oficiais, organizações não governamentais ambientalistas que atuam diretamente em ações de conservação e co-manejo.



Figuras 1 e 2 – Mapa de localização das duas Áreas Marinhas Protegidas – REM do Corumbau e ANP Península Valdez. Fonte: PLAN DE MANEJO DEL SISTEMA VALDÉZ. **Plan de Manejo del Sistema Península Valdés Plan de Manejo del Sistema Península Valdés**. Conservação Internacional do Brasil. www.conservation.org. acessado em 08/09/2015.

A REM do Corumbau, localizada na porção do extremo sul do estado da Bahia (municípios Prado e Porto Seguro), tem sua porção marinha situada na região do complexo dos Abrolhos⁶. O processo de criação teve como motivação a percepção dos pescadores artesanais locais sobre a queda dos

⁵ O co-manejo ou gestão compartilhada são terminologias bastante usuais dentro da literatura de Áreas Protegidas nas quais os usos dos recursos são compartilhados, prevendo regras mínimas de práticas de captura e uso dos recursos, respeitando períodos reprodutivos de espécies, de forma a manter um padrão que não esgote os estoques. Em ações de co-manejo mais elaborados, monitoramentos dos recursos são realizados e existem algum tipo de participação dos grupos sociais locais.

⁶, Como sendo a maior aglomeração de recifes coralíneos da porção sul do Oceano Atlântico.

recursos pesqueiros, sobretudo o camarão sete-barbas, uma das espécies alvo da pesca comercial de Alcobaça (Bahia) e também de outros estados (Espírito Santo e Alagoas).

Diante desta situação, um grupo de pescadores locais do Corumbau se aliou (em 1997) às entidades ambientalistas buscando salvaguardar os recursos pesqueiros, tendo como entidades a Associação Pradense de Proteção Ambiental (APPA) e, posteriormente a Conservation International do Brasil (CI-Brasil)⁷, em parceria com a Coordenação Nacional de Populações Tradicionais (CNPT), órgão vinculado ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais (IBAMA).

Contudo, logo após a criação da REM do Corumbau, a CI-Brasil, a partir de outras experiências, em nível global, em manejo de recursos marinhos em Áreas Protegidas, deu início à elaboração do plano de manejo e de uma Zona de Proteção Marinha (ZPM) no território de pesca artesanal. Esta ZPM tinha como objetivo a garantia de proteção de ambientes e espécies marinhas para, no longo prazo, aumentar a biomassa pesqueira (quantidade de peixes), forçando a proteção de um terço do território de pesca enquanto os pescadores utilizariam apenas as áreas adjacentes da ZPM⁸.

A proposta foi aprovada, mas utilizando-se de estratégias de aproximação a determinados grupos e intervindo nas relações micro sociais locais. Desse modo, após dez anos de criação da REM do Corumbau, observou-se que ainda existia certa inconformidade com a área de exclusão marinha por uma parte considerável dos pescadores artesanais locais. Nesse sentido, a proposta de ações de manejo e gestão da REM do Corumbau se firmou enquanto uma normatividade distanciada das demandas dos pescadores (CARVALHO, 2014).

A península de Valdés, Golfos Nuevos e San José são localizados na província de Chubut, na região patagônica argentina no Oceano Atlântico. A Área Natural Protegida (ANP) do Sistema Península Valdés, foi criada por meio de lei provincial nº 4722 de Chubut em 2001; segundo esta mesma lei, tal categoria de manejo proposto se enquadra na categoria de recursos manejados⁹ da IUCN (CHUBUT, 2001). Anterior a esta ANP, a região possuía áreas protegidas mais restritivas, como a Reserva Natural Turística, Reservas de Punta Norte, Isla de los Pájaros, Punta Piramide, Punta

⁷ A APPA trata-se de uma Organização Não Governamental (ONG) com atuação em nível local, criada no ano de 1996 com objetivo de realizar ações de proteção e conservação dos manguezais do município de Prado. A Conservation International trata-se de uma ONG de alcance transnacional, ao qual iniciou no ano de 1994 atuando na região tendo como foco apoiar em ações de manejo do Parque Nacional Marinho de Abrolhos. Durante o período do processo de criação da REM do Corumbau, entre os anos de 1997 até 2000, a CI-Brasil conseguiu estabelecer uma base no município de Caravelas, a partir desse momento, podendo atuar diretamente em ações de manejo em nível local, porém com grande interface em nível global.

⁸ A justificativa apresentada pela CI-Brasil é que com o passar do tempo, e com o aumento da biomassa no interior da ZPM, o pescado povoaria nestas áreas adjacentes permitindo a realização da pesca em nível local.

⁹ Outro ponto importante a ser salientado, é que a mesma lei aprovou também o Plano de Manejo que foi realizado no ano de 1998 por uma comissão de trabalho que envolvia setores governamentais da província de Chubut, como Organismo Provincial del Turismo, Ministério de Produção, Câmara de Comércio de Puerto Madryn, Empresas do Setor de Turismo e Associação de Pescadores

Delgada e Caleta Valdés, e posteriormente no ano de 1975 o Parque Marinho Golfo San José (GOVERNO DE LA PROVINCIA DEL CHUBUT, 1998).

Esta Área Protegida, além de uma forte atuação do setor turístico, possui também uma atuação de pesca artesanal em pequena escala. As pescarias se concentram sobretudo nas de peixes e mariscos. A pescaria é realizada tanto embarcada quanto desembarcada, utilizando de algumas artes, como redes, linhas e ferramentas para extração de mariscos. É considerado, como pescaria de baixa escala, para consumo próprio e também de acordo com a demanda de comercialização local. A atividade da pesca artesanal é datada por antepassados indígenas, fazendo parte do que denominam uma identidade cultural patagônica (GOVERNO DE LA PROVINCIA DEL CHUBUT, 1998).

Obviamente, com a existência de Áreas Protegidas com categorias de manejo bastante restritivas ao longo de mais de 20 anos, surgem conflitos de acesso aos recursos marinhos, por parte dos pescadores artesanais locais. A pesca de mergulho no interior do antigo Parque, no Golfo de San José, é datada por mais ou menos 76 anos, quando foi eliminado a pesca de arrasto por pequenas embarcações advindo de Mar del Plata¹⁰.

Entretanto, encontramos também uma confluência de agentes externos (entidades do terceiro setor ambientalista) realizando esforços para proteção e conservação da Patagônia Argentina. Neste sentido, foi criado o Foro Patagônico em 2004, tornando-se uma rede Organizações Não Governamentais que, até o presente momento, realizaram dez reuniões para discussão do Estado da Arte da Conservação desta região¹¹. Neste caso, a atuação mais direta é realizada pela Fundação Patagônia Natural.

Diante das especificidades locais em termos de atores, histórico local e nacional de criação dessas Áreas Protegidas, assume-se que o conflito é algo inerente dentro de qualquer sistema social bem como uma categoria explicativa de processos de mudança, (FERREIRA, 2005). Assume-se também a característica das Áreas Protegidas, conduzida por uma emergência global da conservação da biodiversidade, sendo também um dos aspectos da chamada globalização. Neste sentido, a proposta deste projeto, a ser delineado a seguir, é indagar sobre as particularidades do conflito socioambiental em nível local, tendo como ponto de partida a conservação da biodiversidade

¹⁰ Além disso, outro ponto importante sobre a pesca artesanal está também no conflito direto com a crise da pesca industrial ao xquais pescadores que apenas atuavam neste setor, retornaram para atividade da pesca artesanal, aumentando assim o esforço de pesca e também uma grande demanda de licença de pesca para a região.

¹¹ O Foro patagônico produziu dois materiais fruto de suas reuniões com as diversas entidades ambientalistas, sendo o primeiro realizado em 2008 “Síntesis del Estado de Conservación del Mar Patagónico y área de influencia”, que tinha como objetivo traçar uma linha base de ações de conservação para a realização de ações em um cenário entre proteção e uso sustentável dos recursos (FORO PARA LA CONSERVACIÓN DEL MAR PATAGÓNICO Y ÁREAS DE INFLUENCIA, 2008).

enquanto uma normatividade global. Além disso, cabe a indagação sobre tal normatividade e como ela se estrutura em nível local.

Partindo dos antecedentes apresentados anteriormente, o presente projeto tem como objeto os conflitos socioambientais entre pescadores artesanais em Áreas Marinhas Protegidas. O estabelecimento de Áreas Marinhas Protegidas produz, relações de conflito e tensões com grupos locais, por meio de conjunto de normatizações externas conduzidos por entidades governamentais e não governamentais e também pela distinta estrutura de cognição da noção de natureza (WEST et al., 2006). A noção ambientalista da natureza está situada na construção de um discurso da emergência global das questões ambientais, evidenciado por meio do interesse sobre a conservação da biodiversidade que desconsidera, na base de suas formulações, a percepção da natureza, bem com as práticas e formas de ação de pescadores artesanais (INGOLD, 2000).

Desse modo, o objetivo desta proposta é realizar uma etnografia dos conflitos socioambientais vivenciados por pescadores artesanais em duas Áreas Marinhas Protegidas, uma no Brasil e outra na Argentina, com o intuito de identificar singularidades, similitudes e diferenças no discurso global da conservação da biodiversidade apresentado, em contraste com contextos sociais, culturais e políticos distintos. Cabe ressaltar que serão comparadas duas Áreas Marinhas Protegidas, consideradas áreas de proteção ambiental, ao mesmo tempo áreas de garantia de acesso de recursos pesqueiros para os grupos locais.

2. Metodologia.

2.1 Descrição Metodológica.

Como etapa importante desta proposta, aqui será apresentado o referencial teórico e metodológico para a execução desta pesquisa. Tendo em vista que o problema central se estrutura no aspecto global da conservação da biodiversidade e que a comparação de duas experiências de Áreas Protegidas se dá com recursos manejáveis (Brasil e Argentina), seguirá o método de estudo de caso ampliado para etnografias que produzem respostas de perspectivas locais que se interligam em estruturas mais globais (BURAWOY, 2000).

Segundo Burawoy (2000) o método de estudo de caso ampliado baseia-se em observação participante, que permite extrapolar situações locais em um contexto histórico, para além das fronteiras locais e nacionais. Esta metodologia possui quatro dimensões necessárias para a realização de etnografias tidas enquanto globais.

- A primeira dimensão é a realização da observação participante, em que é necessário diminuir a distância do observador com os sujeitos da pesquisa.

- A segunda dimensão se refere à extensão da observação em relação ao tempo e espaço. É importante aqui que o pesquisador siga os seus sujeitos, tentando viver suas vidas, apreendendo caminhos, decisões e também suas vontades.
- A terceira dimensão seria em expor os processos micros dentro de processos macro, situados em um contexto geográfico e histórico do campo. Não se trata, segundo Burawoy (2000), de tentar representar uma totalidade, mas sim uma estruturada relação macro e microssocial.
- A quarta e última dimensão é extensão da teoria. Ao invés da realização de indução por meio de dados, busca-se estender a teoria de modo a acomodar lacunas ou então anomalias observadas. Segundo Burawoy (2000) “o que faz o campo interessante é esta violação de algumas expectativas, e uma expectativa é nada mais do que outra teoria esperando para ser explicada” (ibidem, p. 28).

Com base nisso, será possível entender singularidades e multiplicidades dos conflitos socioambientais em duas realidades diferentes, Brasil e Argentina, na medida em que contrastam com o caráter global de motivação da criação e implantação de Áreas Marinhas Protegidas em nível local, tendo como pressuposto básico o contexto histórico, buscando também a historização dos múltiplos atores atuantes no conflito.

Uma estratégia para se alcançar uma etnografia que tenha característica global é a utilização do método da etnografia multi-situada. Tal método, utilizado em acordo com as dimensões da metodologia de caso estendido, possibilita que as etnografias saiam da perspectiva de trabalho de campo, focado em um espaço geograficamente delimitado, “projetado para examinar a circulação de significado cultural, objetos e identidades difusas no tempo e no espaço” (MARCUS, p.96 1995).

Tendo em vista que a ideia de Áreas Marinhas Protegidas (enquanto objeto) e os discursos de sua emergência (enquanto um significado cultural ocidental) transpassam as barreiras locais e nacionais, não seria apropriado – em uma pesquisa que visa comparar duas situações de conflito socioambientais com grupos locais – a realização de uma etnografia em lugares comuns da antropologia. Desse modo, a utilização desta metodologia ajuda a interpretação e discussão sobre o binarismo entre local e global, bem como o sistema e o mundo da vida (GATT, 2012). A etnografia multi-situada permite colapsar tal dicotomia, possibilitando uma “etnografia de conexões complexas”, na qual os lugares são produzidos de e em um sistema mundo, onde comunidades são imaginadas para dentro de mundos imaginados (Ibidem, 2012).

Portanto, a operacionalização desta pesquisa buscará seguir a metodologia da etnografia multi-situada utilizando-se de estratégias que deslocam o observador em relação ao objeto estudado: Seguir o Conflito; Seguir as pessoas; Seguir a Biografia; Seguir a Metáfora e Seguir o enredo.

3. Ambientalismo, Áreas Marinhas Protegidas, conflitos socioambientais, mudanças e práticas sociais locais.

Nesta etapa é importante explicitar alguns conceitos como forma de articular o objeto de pesquisa com as etapas metodológicas da tese de doutorado. Alguns conceitos centrais nortearão a discussão teórica: *conflitos socioambientais* e *visões de natureza*; o *ambientalismo* enquanto movimento global; os processos de *mudanças sociais* bem como as *práticas sociais locais*.

O primeiro ponto a ser considerado é o conceito de conflitos socioambientais, visto enquanto relações sociais de disputa entre grupos ou atores sociais em torno da apropriação de um determinado recurso ambiental, podendo avançar entre um nível material para um nível simbólico com embates mais diretos (VIÉGAS, 2009; VIVACQUA; VIEIRA, 2005; WEST et al., 2006).

Em relação ao nível simbólico do conflito é produzido conforme West et al. (2006), enquanto uma visão virtualizada da natureza. "Tal virtualização foi imposta por uma visão europeia de Natureza/cultura, dicotômica sobre os lugares e pessoas onde a distinção entre natureza e cultura previamente não existem" (WEST et al., 2006, p.255).

Nesse sentido, as Áreas Protegidas, segundo este autor – uma nova cosmologia do natural como sendo um caminho em nova estrutura moral – possibilitava a imposição de novas regras e também de conjuntos de normatizações (ex. acordos transnacionais, leis nacionais, planos de manejo e acordos locais). Portanto, as áreas protegidas, um instrumento de ação protecionista do estado, "(...) são um meio material e discursivo para qual o discurso da conservação e do desenvolvimento, práticas e instituições possam remodelar o mundo" (Ibidem, p.256).

Desse modo, as distintas visões de natureza possuem como componente importante a separação da natureza e cultura. "(...) são amarradas em diferentes visões de mundos dos atores envolvidos na conservação e em diferentes tipos de narrativas de sustentabilidade em um discurso de escala global" (Ibidem, p.256).

Tal separação entre natureza e cultura, um constructo ocidental, revela uma abertura do domínio para o controle e colonização de um em relação ao outro (STRATHERN, 1980). A própria noção de Áreas Protegidas, isto é, de espaços territoriais protegidos, é fruto da separação conceitual natureza e cultura, tal como a reificação de uma natureza intocada, inexplorada enquanto um constructo cultural ocidental. Esta natureza intocada se firma como um estatuto ontológico e também um conceito abstrato, ou no campo das ideias. Tal abstração sobre a natureza (a visão ocidental) é um movimento de transcendência, a primeira garantia moderna, ou seja, ela está além de nós. Porém, invariavelmente, para garantir tal transcendência é necessária a agência humana (moderna) na produção dos fatos em si, como sendo a segunda garantia o movimento de imanência (LATOUR,

1994). A existência de Áreas Protegidas cumpre este movimento dialético entre as duas garantias da modernidade - transcendência e imanência.

Deve-se destacar também o papel do ambientalismo enquanto agência humana, no que tange à questão da construção do discurso da emergência da conservação da biodiversidade, traduzidas nas Áreas Protegidas. Esta agência humana/política produz estruturas de dominação reconfigurando um discurso global de acordo com as características locais. O ambientalismo, por meio de suas organizações, busca o deslocamento de imperativos morais e políticos, galvanizando o terreno político em um aparato institucional despolitizado, que muitas vezes possuem aparato financeiro, burocrático e tecnocientífico (BROSIUS, 1999).

Nesse sentido, West et al.(2006) afirma que as Áreas Protegidas são tidas como uma forma instrumento para a penetração da globalização no local. Todavia, o foco contemporâneo nos aspectos tecnológicos deste processo parece ter feito da preservação da natureza um campo menos relevante para discussão do fenômeno da globalização (WEST et al., 2006).

Seguindo a premissa de West et al (2006) para o discurso global, o ambientalismo e as Áreas Protegidas possuem um efeito discursivo e transformador nas questões locais, e ainda possuem forte possibilidade de intervenção por organismos nacionais e transnacionais: ex. Estado, Sociedade Civil e Organismos Internacionais (BROSIUS, 1999). Esse efeito discursivo é visto na forma de articulação do global com o local, sendo este um dos aspectos do fenômeno da globalização.

Diante disso, o problema central da atuação de interação global está na tensão entre forças de homogeneização e heterogeneização (APPADURAI, 1990). Esta tensão rompe com a ideia de naturalização da globalização aprisionada em modelo centro-periferia, tendo em vista que possam existir forças de acomodações e de contestações produzindo novas conexões na dimensão global (BURAWOY, 2000). Ou seja, apesar da existência de um conjunto homogêneo de ideias, a conservação da biodiversidade representa, num discurso de emergência, sua adaptação ao contexto local que não é harmoniosa, podendo assim criar as chamadas disjunções (APPADURAI, 1990).

Tais disjunções são uma constante quando se está analisando aspectos da globalização em um determinado local. Segundo Appadurai (1990), presume-se a existência do conflito em uma relação dialética entre o discurso global se adaptando ao local e vice-versa. Desse modo, presume-se também que a condição do estabelecimento de Áreas Protegidas – uma das formas de realização de um fenômeno global – implica em sua adaptação conflitiva em relação ao contexto local e suas rugosidades espaciais (particularidades sociais, culturais, e políticas).

Contudo, a ideia de conflito também pode ser entendida como um elemento necessário para a organização social, promovendo mudanças em nível local, com possibilidades de negação da ideia

de agregação de sujeitos em torno de uma ideia ou de projeto específico (FERREIRA, 2004). Neste sentido, a noção de mudança social é importante para verificar de que maneira a linguagem ambientalista pode permear a linguagem local, tendo em vista que “os esforços de conservação mudam os modos das pessoas que veem em si mesmo em relação ao seu entorno” (WEST et al.p.261, 2006).

Entretanto, a categoria ou conceito de *mudança social* aplicado para o entendimento do conflito deve ser investigado a partir do conjunto de eventos, tendo em vista que evidencia os processos sociais e as influências (reverberações) nas relações macro e microssociais, que são mediadas pelas relações institucionais. A ocorrência de acordos e desacordos sociais nos níveis de instituições é diretamente relacionada com a hierarquia social e as relações de poder construídas localmente (GLUCKMAN, 1987).

Esta noção de mudança social em Gluckman (1987) possui validade dentro de um quadro temporal, marcando estabilidades (ou modelo de equilíbrio) em processos macrossociais, sendo apenas os acordos e desacordos em nível microssocial na contingência do processo. Desse modo, ao estudar sistemas sociais em mudança, deve-se ter em vista que o campo de estudo é complexo e que acaba sendo necessário o uso de diferentes abordagens para análise, além de permitir que se aborde o sistema social, uma vez que torna evidente a estrutura de seu sistema na realidade. Segundo Leach (1996) são estas incongruências e contingências que permitem a compreensão dos processos de mudança social.

Ainda em relação às mudanças sociais, é importante que se trate de mudanças estruturais internas dos grupos, que se traduzem em mudanças de estruturas políticas internas, ou seja, mudanças de estrutura de poder permitindo uma fluidez de posições dos indivíduos dentro de um sistema político maior e dominante, (LEACH, 1996). Neste sentido, podemos observar que o conflito, elemento de organização social, produz novas ressignificações acerca do conteúdo normativo da conservação da biodiversidade.

Sendo assim, a conservação da biodiversidade, materializada em Áreas Marinhas Protegidas, induz à inserção de novas práticas sociais. As práticas sociais locais estão diretamente vinculadas com as práticas do/no território. O território é produzido por meio de práticas sociais, por meio de símbolos, linguagens e imagens, ou seja, “o mundo em nossa volta como sendo uma experiência material e simbólica” (WEST et al., 2006 apud Lefebvre, 1991). Estas Áreas Marinhas Protegidas podem alterar as formas de grupos de pescadores artesanais do Corumbau e de Chubut produzirem sentido com o seu entorno, reestruturando e reorganização socioespacial – ressignificação.

Ainda em se tratando das práticas sociais locais, no caso da pesca, é importante mencionar a intenção e a funcionalidade de tais práticas que abarcam um conjunto de habilidades de todo o

sistema de relações da pessoa com o meio ambiente, envolvendo qualidade, cuidado e destreza e, por último, sua transmissão realizada pela observação prática e experimentável (INGOLD, 2000).

Para Ingold, os caçadores e coletores não se veem como sujeitos externos com a consciência de atuar no mundo externo de objetos físicos, pois não existe uma separação de suas mentes da natureza onde estão inseridos. Suas práticas e pensamento não possibilitam tal distinção – esta (distinção) então é inscrita no conceito ontológico ocidental de natureza e cultura. Para o autor, é importante pensar nestes grupos assumindo sua condição humana, “de um ser imerso, desde o início, com outras criaturas, em um engajamento prático e perceptivo com habitar o mundo” (p. 42). Ainda segundo o autor, esta perspectiva de habitar (*dwelling*), como sendo imersão em um ambiente ou mundo da vida, pode fornecer uma forma de contrastar a natureza da existência humana (desses grupos sociais) com a perspectiva ontológica ocidental, que persiste na separação mente e mundo.

“O contraste, repito, não é entre visões alternativas do mundo, é sim entre duas formas de apreendê-la, apenas um dos quais (o ocidental) pode ser caracterizada como a construção de um ponto de vista, que é como um processo de representação mental. Enquanto ao outro, apreender o mundo não é uma questão de construção, mas de engajamento, não de construção [mental desse mundo], mas de habitar [*dwelling*], não de construir uma visão do mundo, mas de assumir uma visão nele” (Ibidem, 2000, p. 42).

Diante disso, o conflito gerado a partir de uma Área Protegida forçando alterações de formas de acesso aos recursos pesqueiros em lugares e territórios, pode reestruturar tais relações de imersão deste grupo, forçando-os em uma nova configuração de suas práticas sociais locais.

4. Considerações preliminares.

O foco analítico desta pesquisa – a configuração do discurso hegemônico da conservação da biodiversidade em relação às duas Áreas Protegidas (REM do Corumbau e da ANP do Sistema Península de Valdés) – nas contrastantes áreas escolhidas para o estudo, reflete as diferentes realidades sociais, políticas e culturais dos dois países. Outro ponto a ser considerado: como se comportam as mudanças sociais e a adaptação de práticas sociais nos grupos de pescadores artesanais dos diferentes países (Brasil e Argentina), frente às estruturas globalizantes e neocolonialistas das políticas de conservação de biodiversidade (CAJIGAS-ROTUNDO, 2007; ESCOBAR, 2005; LOBÃO, 2006)? O que neste caso se limitará à análise da criação e implantação de Áreas Marinhas Protegidas. Com base nestas reflexões indagativas iniciais, espera-se elaborar uma tese de doutorado que reflita e possibilite a compreensão dos efeitos de implementação de Áreas Marinhas Protegidas para os atores envolvidos nos processos conflituosos, em especial os pescadores artesanais, evidenciando as tensões e a eficácia da implementação de áreas de conservação nestes grupos sociais, no contexto sul-americano.

Sendo assim, a hipótese central assume que a ideia de conservação marinha é um dos fluxos globais, nas Áreas Marinhas Protegidas; no entanto, a nível local a ideia não se traduz como uma força totalmente homogênea. Os casos específicos do Brasil e Argentina em relação à criação de duas Áreas Marinhas Protegidas com propósitos similares podem apresentar, dentro do contexto de globalização, o que Appadurai (1990) denomina ordem disjuntiva, ou seja, que se sobrepõem ao contexto global, e que no nosso caso é uma política global de conservação da biodiversidade marinha. Apesar de a temática apresentar uma emergência global – conservação da biodiversidade marinha – sua estruturação em diferentes contextos possibilita a constituição de forças heterogêneas, e mesmo enquanto disjunções se corroboram de forma relacional com o contexto global da temática.

Partindo da hipótese central, a construção heterogênea da conservação da biodiversidade marinha, acredita-se que o processo de mudanças sociais na aplicação dessas duas Áreas Marinhas Protegidas, com o passar do tempo, possibilitou mudanças na estrutura social e também nas relações de poder interno dos grupos, tendo como possibilidade a ocorrência de assimetrias de poder entre agentes externos (setores governamentais e não governamentais).

Podemos também assumir que é possível que a atuação na aplicação desta política pública, conteúdo normativo externo, reestruture também práticas locais de acesso ao uso dos recursos naturais.

Ainda em relação à hipótese central, acredita-se também que a criação e implementação das duas Áreas Marinhas Protegidas com possibilidade de manejo e garantia de acesso aos recursos, passaram por um processo de purificação advindas de formas locais de apropriação e manutenção dos recursos pela prática artesanal de pesca, podendo posteriormente ser traduzidas em um contexto mais hegemônico, porém heterogêneo da conservação da biodiversidade marinha.

5. Referências

ABAKERLI, S. A critique of development and conservation policies in environmentally sensitive regions in Brazil. **Geoforum**, v. 32, n. 4, p. 551–565. 2001.

ALMUDI, T.; KALIKOSKI, D. C. Homem e natureza em um parque nacional do Sul do Brasil : meios de vida e conflitos nos arredores da Lagoa do Peixe. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 20, p. 47–57, 2009.

APPADURAI, A. Disjuncture and Difference in the Global Cultural Economy. **Public Culture**, v. 2, n. 2, p. 1–24. 1990.

BOWN, N.; BRONDO, K. Neoliberal conservation, garifuna territorial rights and resource management in the cayos cochinos marine protected area. **Conservation and Society**, v. 9.2, p. 1–23, 2013.

- BROSIUS, J. P. Analyses and Interventions: Anthropological Engagements with Environmentalism. **Chicago Journals**, v. 40, n. 3, p. 277–310. 1999.
- BURAWOY, M. Introduction Researching for the Global. In: M. Burawoy; J. a Blum; S. George; et al. (Eds.); **Global Ethnography in a Postmodern World**. p.375. Berkeley and Los Angeles, 2000.
- CAJIGAS-ROTUNDO, J. C. La biocolonialidad del poder. Amazonía, biodiversidad y ecocapitalismo. **El giro decolonial: reflexiones para una diversidade epistémica más allá del capitalismo global**. p.308. Bogotá: Siglo del Hombre editores, 2007.
- CARVALHO, J. A. DE. **O mar não está para peixe: Uma etnografia dos conflitos socioambientais em torno da Zona de Proteção Marinha e da comunidade pesqueira do Bugigão – RESEXMAR do Corumbau/Bahia**. Universidade Federal do Espírito Santo, 2014.
- CHUBUT. Ley nº 4722 - Créase el Área Natural Protegida Península Valdez. , 2001.
- DUDLEY, N. (EDITOR). **Directrices para la aplicación de las categorías de gestión de áreas protegidas**. Gland, Suiza: UICN. 2008.
- ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: E. Lander (Ed.); **A colonialidade do saber : eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas**. Colección Sur Sur, Clacso, 2005.
- FERREIRA, C. Conflitos sociais e uso de recursos naturais: breves comentários sobre modelos teóricos e linhas de pesquisa. **Política e Sociedade**, , n. 7, p. 14, 2005.
- FERREIRA, L. DA C. Dimensões Humanas da Biodiversidade: Mudanças sociais e conflitos em torno de áreas protegidas no Vale do Ribeira, SP, Brasil. **Ambiente & Sociedade**, v. VII, n. 1, p. 21, 2004.
- FORO PARA LA CONSERVACIÓN DEL MAR PATAGÓNICO Y ÁREAS DE INFLUENCIA. **Síntesis del Estado de Conservacion del Mar Patagonico y area de influencia**. Buenos Aires: Fund. Patagonia Natural, 2008.
- GATT, C. Emplacement and Environmental Relations in Multi-sited Practice/Theory. In: M.-A. Falzon (Ed.); **Multi-sited Ethnography Theory, Praxis and Locality in Contemporary Research**. p.103–119. Farnham: Ashgate Publishing Limited, 2012.
- GLUCKMAN, M. Análise de uma situação social na Zululândia Moderna. In: B. Feldman - Bianco (Ed.); **Antropologia das Sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global Universitária, 1987.
- GOVERNO DE LA PROVINCIA DEL CHUBUT. **Plande Manejo del Área Protegida del Sistema Península Valdés**. Chubut, 1998.
- GUIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. 5ª Edição ed. São Paulo: Editora Unesp, 1991.
- INGOLD, T. **The Perception of the Environment: Essays on livelihood, dwelling and skill**. 6ª ed. ed. London and New York: Routledge, 2000.
- LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Coleção Trans, 1994.

LATOUR, B. **Políticas da natureza como fazer ciencia na democracia**. Bauru: Edusc, 2004.

LEACH, E. **Sistemas políticos da Alta Birmânia**. São Paulo: Edusp, 1996.

LOBÃO, R. J. S. **Cosmologias Políticas do Neocolonialismo: como uma Política Pública pode se transformar em uma Política do Ressentimento**. UNB, 2006.

MARCUS, G. E. Ethnography in/of the world system: The emergence of Multi-Sited Ethnography. **Annual Review of Anthropology**, v. 24, p. 95–117, 1995.

NOGUEIRA, F. S. DE. **Conflitos em áreas de conservação ambiental: o caso de Caravelas e do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, Bahia**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

SOWMAN, M.; HAUCK, M.; SITPERT, L. VAN; SUNDE, J. Marine Protected Area Management in South Africa : New Policies , Old Paradigms. , p. 573–583. 2011.

STRATHERN, M. No Nature, no Culture: The Hagen Case. In: C. MacCormack; M. Strathern (Eds.); **Nature, Culture and Gender**. p.174–221. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

UICN. **Superposición de territorios indígenas y áreas protegidas en América del Sur - Resumen Ejecutivo**. Quito, 2010.

VIÉGAS, R. N. Conflitos ambientais e lutas materiais e simbólicas Environmental conflicts and material and symbolical struggles. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. n.19, p. 145–157, 2009.

VIVACQUA, M.; VIEIRA, P. F. Conflitos socioambientais em Unidades de Conservação. **Revista Política & Sociedade**, , n. 7, p. 139–162. 2005.

WEST, P.; IGOE, J.; BROCKINGTON, D. Parks and Peoples: The Social Impact of Protected Areas. **Annual Review of Anthropology**, v. 35, n. 1, p. 251–277. 2006.